



Associação Nacional de
Pós-Graduação e Pesquisa
em Ciências Sociais

35º Encontro Anual da ANPOCS

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

GT32 - Sexualidade e gênero: sociabilidade, erotismo e política

**A PARADA EM DISPUTA: DIFERENTES PERFORMANCES E ENUNCIADOS
DISTINTOS SOBRE “DIREITOS” E “SUJEITOS” LGBTTT NA PARADA DA
DIVERSIDADE.**

GLAUCO FERREIRA

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS/UFSC

Caxambu, Outubro de 2011

A Parada em Disputa: diferentes performances e enunciados distintos sobre “direitos” e “sujeitos” LGBTTT na Parada da Diversidade.

Glauco Ferreira¹

Partindo de algumas impressões etnográficas advindas de minha investigação na pesquisa de mestrado sobre a Parada da Diversidade em Florianópolis, sugiro neste trabalho a produtividade de pensarmos neste evento como campo discursivo (FOUCAULT: 2008) em constante disputa. Busco explorar as possibilidades de tomar a Parada da Diversidade em Florianópolis enquanto evento ao mesmo tempo festivo e político, através da abordagem etnográfica e da estratégia analítica propostas por alguns autores vinculados ao que vem sendo chamado de estudos sobre performances em antropologia e em outras áreas afins (PEIRANO: 2006; TAMBIAH: 1985).

Tomando as Paradas como objeto de pesquisa e explorando o contexto de realização da Parada em Florianópolis, abordo algumas discussões sobre antropologia da performance, relacionando-as aos debates sobre práticas e discursos desenvolvidos na produção de Michel Foucault (2008), apontando para a pertinência de pensarmos sobre os diferentes sentidos que enunciados semelhantes ganham em contextos distintos. Estes enunciados influenciam narrativas, interpretações e experiências de indivíduos, assim como as avaliações que realizam acerca da eficácia, em termos políticos, mercadológicos e simbólicos, de um evento como a Parada da Diversidade. Os debates mencionados carregam em si avaliações diferentes a respeito do evento e são questões que norteiam os tópicos que permeiam este trabalho, que serão abordados a seguir.

Surgimentos das Paradas no Brasil

Ao longo de um período significativo, mais ainda relativamente recente, diversas investigações no campo das ciências sociais vêm consolidando um campo de estudos brasileiro na área de gênero e sexualidade, num intenso debate que se utiliza criticamente de categorias e conceitos clássicos da literatura ao mesmo tempo em que os coloca em tensão de forma inovadora, na articulação de novas formas de pensar sobre práticas sociais contemporâneas. Neste campo, alguns estudos investigaram “eventos massivos do

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS/UFSC, como bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. Compõe o grupo de pesquisa TRANSES – Núcleo de Antropologia do Contemporâneo, sob orientação e coordenação da professora Dra. Sônia W. Maluf. Contato: glaucoart@gmail.com / www.glaucoferreira.com

orgulho”, conhecidos popularmente como as “Paradas Gays”, utilizando-se de diferentes referenciais teóricos e metodológicos.

Nota-se que muitos destas pesquisas apontam na exploração das relações do atual movimento LGBTTT brasileiro (FACCHINI & SIMÕES: 2009) com estes eventos, na adoção de perspectivas distintas em suas abordagens. Seja através de uma aproximação mais sociológica e preocupada com a articulação de procedimentos metodológicos que mesclam aspectos quantitativos e qualitativos (CARRARA, CAETANO & RAMOS: 2003), (CARRARA & RAMOS: 2005), (CARRARA, RAMOS, LACERDA, MEDRADO & VIEIRA: 2007), (FACCHINI, FRANÇA & VENTURINI: 2007) ou seja na adoção de uma perspectiva mais etnográfica (FRANÇA: 2006) ou mesmo historiográfica (FACCHINI & SIMÕES: 2009) estes estudos evidenciam a variedade de formatos, temáticas e conformações destes eventos, principalmente no contexto em que muitos destes estudos foram realizados, geralmente nas regiões de São Paulo e Rio de Janeiro. As abordagens também variam, seja abordando os debates sobre as identidades ali negociadas e representadas (FACCHINI: 2002), ou o papel cada vez mais relevante que o âmbito de consumo GLS ou GLBT ganha nestes eventos (FRANÇA: 2006) ou mesmo destacando os aspectos relacionados às demandas de saúde dos sujeitos LGBTTT ou os casos de violência que acometem esta parte da população (CARRARA & RAMOS: 2005). Estas pesquisas, ao contemplarem estas manifestações contemporâneas, de certa maneira apontam para a constituição e consolidação destes eventos como objetos de estudo dignos de atenção e investigação nas ciências sociais em nosso país. Ao tornarem as Paradas com objetos de pesquisa estes autores apontam para a possibilidade de pensarmos de que maneira estes eventos influenciam na vida social das grandes metrópoles, sobre os efeitos que causam nas relações políticas que influenciam e produzem e na maneira como definimos nossos objetos de pesquisa no âmbito de investigações sociais no Brasil.

Muitas vezes histórias em torno do surgimento das Paradas emergem envolvidas em relatos a respeito da história do próprio Movimento LGBTTT, de modo que em muitas regiões onde ocorrem eventos do tipo fica difícil dissociar um contexto histórico do outro. No Brasil estes acontecimentos são muitas vezes identificados relativamente com um “novo modo” de “fazer política” se comparado com experiências em outros países, onde Paradas existem já há mais tempo, no mínimo desde as décadas de 1970 e 1980. Alguns destes estudos abordaram a trajetória do que era denominado anteriormente

enquanto Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) e seus processos e debates internos para transformação no que atualmente se reconhece como Movimento LGBTTT brasileiro. Tendo em conta estas pesquisas não pretendo me estender aqui sobre a história do Movimento LGBTTT no Brasil justamente por entender que muitos destes trabalhos já se ocuparam desta tarefa importante, agrupando informações e relatos que compõem um rico panorama deste processo histórico de transformação. Aqui me interessa somente pontuar alguns aspectos deste processo, relacionando aos debates sobre sujeitos, identidades e direitos desdobrados e negociados nos contextos de Paradas.

Neste sentido, em algumas destas análises, priorizaram-se a investigação sobre a o processo de segmentação identitária, em que a constituição de novos sujeitos e identidades coletivas materializou o que veio a ser reconhecido como a “sopa de letrinhas” da sigla GLBT e depois LGBTTT (ou mais recentemente LGBTTTIQ), modo pelo qual o movimento passou a se a definir a partir de meados dos noventa (FACCHINI: 2002). Estes estudos revelam também que as pessoas participantes de eventos deste tipo embora participem da “Parada Gay” em suas cidades nem sempre se identificam individualmente como “gays”. As pesquisas dão conta de diversas nomeações e classificações locais quando as pessoas tratam de se auto-identificar numa pesquisa de cunho etnográfico ou sócio-qualitativa. As mais diversas categorias identitárias articuladas nestes eventos dão conta de que estes acontecimentos, que comemoram a “diversidade sexual” são, desde sua conformação inicial permeados por diversas “tipos de pessoas” que vivenciam seus processos de identificação de formas diferentes e localizadas, de modo a apontar para uma miríade de segmentações identitárias que nem sempre as siglas (LGBTTT e etc.), construídas no âmbito do movimento social, podem ou conseguem plenamente traduzir ou representar.

Durante os anos noventa, nesta nova situação em que as Paradas surgem, a homossexualidade passa, de maneira mais geral, a ganha visibilidade no cenário nacional, como tema de debate em evidência, influenciado tanto pelas iniciativas do movimento social em sua reorganização e suas novas relações com o Estado, como por um crescente interesse popular sobre como vivem as “pessoas homossexuais”. O papel que a mídia cumpre nesta conjuntura, com matérias de capa sobre o tema em revistas de circulação nacional, e a consolidação de um emergente Mercado GLS surgem como fatores que intensificam a nova visibilidade em torno da homossexualidade durante a década de noventa. O sentimento relacionado ao “orgulho gay” é elaborado de forma

mais complexa e o encorajamento vinculado ao “assumir-se” homossexual são traços que denotam estas mudanças. Tal contexto contribuiu para que se afirmasse a idéia de “orgulho gay” e se caracterizasse a segunda metade dos anos de 1990 como um período de efervescência no que tange à homossexualidade (FRANÇA: 2006). Em meados desta década, iniciativas para organização de Paradas começam a tomar corpo, principalmente em locais em que o Movimento LGBTTTT tinha certa “tradição”, existindo há mais tempo e por onde passava por reorganização e reflorescimento, com organização de reuniões e outros encontros para a discussão de suas políticas, que muitas vezes materializaram atos de rua e em outras manifestações que capitalizassem a visibilidade para as demandas políticas no momento.

Se tomarmos as Paradas como um “modelo de manifestação” que se difundiu de diferentes maneiras em vários contextos, observa-se que sua realização no Brasil foi relativamente recente, sendo os primeiros eventos ocorridos em meados dos anos 1990 em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo e somente depois, ao longo dos anos 2000, se “espalhando” para outras cidades e capitais do país. Eventos “simbólicos” no surgimento das Paradas no Brasil, citados por outros autores e por seus interlocutores, teria sido a passeata realizada no ano de 1995 no Rio de Janeiro, ao final de uma das reuniões da ILGA (*International Lesbian and Gay Association*), lembrada por alguns ativistas como “a primeira parada” e reunindo mais de três mil pessoas, trazendo já uma marca característica de muitas Paradas que viriam a acontecer no Brasil: uma grande bandeira do arco-íris, símbolo internacional da luta e do “orgulho” LGBTTTT.

Luiz Mott (2002), citado por Isadora França (2006) relata como um dos primeiros eventos relacionados à expressão do “orgulho” teria sido um conjunto de atividades realizadas em 1982 pelo Grupo Gay da Bahia, a “Semana do Orgulho Gay e Consciência Homossexual”. Entre outros eventos citados como pioneiros está uma manifestação organizada ao final do VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas e a “I Passeata Gay do Rio de Janeiro”, impulsionada pelo Jornal “Nós Por exemplo” em parceria com casas noturnas e grupos do movimento (FRANÇA: 2006). Observa-se que estas manifestações, que já surgiam em grande parte inspiradas em eventos semelhantes que ocorriam em outros países, tinham como característica a periodicidade anual e se destinavam especialmente à celebração do “orgulho” e à visibilização de demandas do movimento, inaugurando um estilo diferenciado de atuação política.

Embora seja difícil precisar qual o antecedente direto das paradas, podemos marcar os meados da década de 1990, especialmente o ano de 1995, como fundamental na gênese das paradas no Brasil. (...) as manifestações públicas que se aproximam da forma de Parada até 1995 caminham junto com o crescimento de um discurso da visibilidade e do orgulho e parecem derivar em parte do contexto do movimento na década de 1990. (FRANÇA: 2006:109)

Algo que também conta como diferencial neste novo momento são os financiamentos estatais, tanto das esferas federais como estaduais e municipais. Geralmente vinculados aos programas de governo para saúde, o financiamento surge como parte de uma estratégia governamental de “prevenção” entre um público de maior “vulnerabilidade”. Como apontado por França (2006) no ano de 2005, como um dos desdobramentos do já mencionado “Programa Brasil sem Homofobia”, o Ministério da Cultura do Governo Federal abriu edital aceitando projetos para apoio a Paradas, concedendo financiamentos para 28 paradas no Brasil, em valores que iam de R\$ 10.000,00 a R\$ 90.000,00 para cada organização.

Outro aspecto importante neste novo cenário é a ação entre os grupos do grupos ativistas, no repasse e circulação de informações e experiências para formação de militantes na promoção de novos eventos em outras cidades e regiões do país. O compartilhamento de informações e experiências parece ser um fenômeno que possibilitou a “difusão” das Paradas como modelos de manifestação para várias partes do país e inclusive para cidades do interior. No caso de Florianópolis, como iremos ver a seguir, a troca de informações e experiências entre os empresários da AEGLBT/SC², que organiza a Parada em Florianópolis, e os ativistas da ONG Dignidade de Curitiba parece ter sido fator importante para a conformação do evento na cidade.

Contextos da Parada da Diversidade de Florianópolis

Tendo se iniciado na segunda metade da década de 2000 a Parada da Diversidade tem seu surgimento atravessado por diversos “mitos fundadores” que se distinguem uns dos outros, dependendo de quem conta sua história. Em minha investigação sobre as três primeiras edições do evento, entre 2006 e 2008, vários relatos tratavam de estabelecer quais eram os objetivos e temas de cada edição, os grupos envolvidos, a quantidade de participantes e uma série de outros fatores que influenciavam para que o evento fosse se consolidando e tomando maiores dimensões a cada ano que passava. Como não realizei

² Associação de Empreendedores GLBT de Santa Catarina.

pesquisa de campo no evento nestes anos três anos desde seu início senti a necessidade de buscar um pouco de seu histórico. Trato aqui de mapear algumas destas histórias anteriores através das narrativas dos empresários e ativistas sobre as atividades que se realizaram, sobre suas parcerias e alguns das características mais marcantes que foram conformando o que a Parada da Diversidade é atualmente de modo a esboçar um pouco do contexto de seu surgimento e realização, evidenciando como a tensão ali existente atualmente foi se delineando com o passar dos anos.

Os primeiros esforços para a realização da Parada começaram em 2005 e foram se desenrolando ao longo do ano para a realização da primeira edição em 2006. Neste período ocorriam reuniões preparatórias em alguns dos espaços GLS da cidade, geralmente estabelecimentos comerciais de propriedade dos empresários que viriam a fundar posteriormente a AEGLBT/SC. Através dos relatos de alguns de meus interlocutores estas reuniões eram abertas e reuniam desde ativistas do movimento LGBTTT, empresários e voluntários de diferentes origens com o objetivo comum em reunir esforços para a realização de uma Parada na cidade. Conforme me contou A. C.³, vinculado aos empresários da AEGLBT/SC e dono de empreendimentos GLS na cidade, para os empresários a primeira Parada foi uma maneira de sinalizar na cidade uma mudança em relação à forma como os homossexuais eram vistos pela população local e de consolidar Florianópolis claramente como um destino turístico GLS no cenário nacional e internacional. A própria AEGLBT/SC havia sido organizada com o intuito de impulsionar a criação de uma Parada em Florianópolis, que ainda que fosse uma das cidades preferenciais para o turismo GLS, principalmente em função do carnaval gay, era uma também uma das poucas capitais que ainda não tinha um evento de “comemoração da diversidade”, como alguns deles me diziam.

Membros da AEGLBT/SC narram que as primeiras edições foram as mais desafiantes pelo fato de ser um evento inédito no contexto de Florianópolis e por não saberem se de fato seria positiva a receptividade tanto das pessoas que eles intencionavam que participassem (gays, lésbicas, transgêneros) como também de outros setores sociais na cidade. Mesmo sabendo que existia potencial de atração para tal evento

³ Por questões éticas na realização da pesquisa, todos os nomes de pessoas participantes da investigação estão identificados somente pelas iniciais e modificados de modo a resguardar, mesmo que relativamente, a identidade de meus interlocutores. Somente alguns dos nomes foram mantidos em casos excepcionais, como no caso de pessoas públicas, alguns artistas do meio GLS ou aqueles que publicamente estavam relacionados ao evento na mídia local.

ainda restava um sentimento de incerteza sobre o sucesso dessa empreitada. A primeira edição da Parada já trazia como um diferencial um conjunto de eventos a ela vinculados na “Semana da Diversidade”, variadas atividades que ocorriam durante a semana anterior à realização do evento, que geralmente era concretizado no domingo ao fim desta semana. As atividades da Semana da Diversidade de 2006 aconteceram entre os dias 02 e 08 de julho no que foi chamado então de “Casa da Diversidade”. Esta era a sede da maioria das atividades da Semana, num prédio localizado no centro histórico de Florianópolis, sede da antiga câmara de vereadores. O prédio vinha sendo utilizado, desde a mudança da câmara, para ocorrência de uma série de eventos organizados pela prefeitura como a “Casa do Papai Noel”, a “Casa do Carnaval” e outros eventos temáticos ao longo do ano.

Segundo relatos de organizadores esta criação da “Casa da Diversidade” na antiga sede da câmara de vereadores pretendia visibilizar, bem na região central da cidade, nas imediações da Praça XV, a uma população que sempre tinha existido e se relacionado na cidade, principalmente nas imediações do centro histórico, de modo a evidenciar para a população e para o governo local a significância política dessa População LGBTTTT (PEREIRA: 2006). A realização da Semana da Diversidade permitia maior visibilidade e ao mesmo tempo a possibilidade de discussão sobre os direitos LGBTTTT em um espaço definido por uma semana e não somente no dia de realização da Parada na avenida. Com o primeiro tema definido para aquela edição foi escolhido o slogan “Nem menos, nem mais, apenas iguais”, que poderia ser visto como uma variação da temática internacional “Direitos Iguais: Nem mais, nem menos,” sugerida no ano de 2005 pela ONG *InterPride* para Paradas ao redor do mundo, assinalando a necessidade de obtenção de direitos igualitários para os LGBTTTT.

O fato de a sede da Semana da Diversidade ser localizar no antigo prédio da câmara de vereadores era um tanto simbólico para alguns dos organizadores do evento sendo vista com um tipo de “conquista de espaço” para discussão dos direitos LGBTTTT, “mostrando” a diversidade que existia na cidade, que constituía uma “parcela significativa” da população que tinham importância política e que “também vota” (PEREIRA: 2006). A Parada era vista como uma forma de potencializar a visibilidade dessa população e ao mesmo tempo ter melhores possibilidades de “exigir direitos”. Na abertura deste espaço ocorreram diversas apresentações artísticas de drag-queens, apresentações de teatro, falas de parlamentares relacionados à luta LGBTTTT na cidade.

Durante a Semana da Diversidade a casa ficou aberta durante todos os períodos do dia em que diferentes atividades eram realizadas, e contava com vários materiais informativos de grupos ativistas assim como de *flyers* e propagandas de espaços LGBTTT da cidade. A casa contava com um conjunto de voluntários que orientavam os visitantes, vendiam materiais como CDs, bandeiras do arco-íris, camisetas da Parada e outros itens com o logo oficial do evento (um ursinho) e bebidas, que eram vendidos para criação de finanças revertidas no financiamento das atividades da AEGLBT/SC e do próprio evento.

Em seu interior se encontravam diversos espaços temáticos organizados pela AEGLBT/SC, por estabelecimentos comerciais vinculados ao público LGBTTT (bares, boates, saunas, etc.) e por grupos do movimento LGBTTT. Em cada espaço se encontravam objetos e exposições variadas que iam de cartazes, banner e fotos divulgando os trabalhos de drag-queens da cidade e das ganhadoras do concurso “Pop Gay” que ocorre no carnaval gay da cidade e exposições de quadros com temática LGBTTT. Também existiam stands de grupos ativistas LGBTTT da cidade, como a ONG ADEH Nostro Mundo, Instituto Arco-Íris, GAPA⁴ e a AGADH⁵, em que ativistas distribuía materiais divulgando as ações dos grupos dos quais faziam parte. Na parte superior do prédio se realizava uma mostra de filmes com temática LGBTTT.

Ainda que na Casa da Diversidade existissem os stands dos grupos LGBTTT, sinalizando assim um tipo de parceria entre o empresariado GLS da cidade e os grupos ativistas do movimento na primeira edição do evento, a maioria das atividades eram organizadas e definidas pelos integrantes da AEGLBT/SC, como principal grupo “oficial” que promove a Parada. Esta foi uma das peculiaridades no surgimento do evento na cidade, como me relatavam muitos ativistas, comparando a Parada local com outras paradas em outras regiões do país, principalmente a Parada do Orgulho GLBT de São Paulo, que iniciou suas atividades nas parcerias entre movimento estudantil, sindical com o movimento GLBT de então.

Segundo os relatos neste ano a AEGLBT/SC teve dificuldades em relação ao financiamento da atividade, que segundo membros da associação, no ano de 2006 ainda não podia contar com financiamentos públicos como ocorria em outros eventos semelhantes em outras cidades, provindos geralmente do Ministério da Saúde. Deste

⁴ Grupo de Apoio e Prevenção á AIDS.

⁵ Associação Amigos de Hoje.

modo o financiamento da Parada era baseado nas vendas de materiais oficiais com o logo do evento na casa da diversidade, no financiamento das duas principais casas noturnas GLS que participavam da Parada, o Mix Café e a Concorde Club, sendo seus proprietários membros da AEGLBT/SC, e de patrocínios privados.

Segundo entrevista concedida a Rodrigo Pereira (2006) por um dos membros da associação, o financiamento da associação estava definido com contribuições mensais de pessoas jurídicas e físicas que faziam parte do grupo. Outras formas de arrecadação forma duas festas realizadas em datas diferentes no Mix Café e na Concorde Club, e a “Feijoada da Diversidade”, que ocorreu no Hotel Maria do Mar e trazendo um caixa significativo para associação. Comentava-se que existia na cidade certa resistência para obtenção de patrocínio de empresas privadas, então ainda temerosas das “conseqüências comerciais” caso financiassem uma Parada. Mesmo assim naquele ano a associação conseguiu patrocínios de variadas empresas como duas grandes construtoras, uma loja de eletrodomésticos e uma agência imobiliária. Estes recursos possibilitaram a contratação de carros de som e dos demais equipamentos para realização do evento, assim como da decoração da Casa da Diversidade.

Mesmo sem financiamento público em sua primeira edição a Parada ocorria em espaços “cedidos” (o antigo prédio da câmara de vereadores que sediava a Casa da Diversidade) e autorizados para uso público (a Avenida Beira-Mar Norte) pela prefeitura de Florianópolis devido à ligação de um dos membros da AEGLBT/SC com o órgão público municipal. T. S. era então assessor de Marketing e eventos da Secretaria de Turismo da Prefeitura de Florianópolis, um cargo de confiança nomeado pelo prefeito⁶, fato este que ele e outros membros da associação apontavam como elemento facilitador para a realização do evento. O fato de fazer parte da equipe de administração municipal, tendo organizado o carnaval gay, os eventos de comemoração do aniversário da cidade e sendo o coordenador geral do carnaval de 2006, fazia com que os membros da associação apontassem T. S. como um dos principais responsáveis pela “criação” da Parada na cidade, “algunha” por ele incorporava e reforçada tanto em manifestações públicas como em conversas e entrevistas que realizamos. T. S. visava ao que pareceria reforçar sua figura como uma liderança política e partidária, que se desenvolveu no ano seguinte em sua candidatura a vereador no ano de 2008. A relação de T. S. também permitiu que ao

⁶ Neste momento o prefeito de Florianópolis era filiado ao Partido Social-Democrata do Brasil - PSDB.

longo das cinco edições do evento existisse uma “logística de funcionamento” do evento que tinha sua “segurança” realizada pela guarda civil municipal e contava com as apresentações, ao início do evento, da orquestra da polícia militar.

A Parada neste ano contava com a presença de uma famosa drag-queen de São Paulo, Silvetty Montilla, madrinha da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo, contratada pela associação como apresentadora e condutora oficial do evento, contando também com a apresentação de artistas locais do meio noturno GLS como as drag-queens Káthia Karão, Marluce May e Selma Light, que veio depois se consolidar como a principal apresentadora do evento nas edições seguintes. Em nove de julho de 2006, um domingo, foi realizada por volta das 17h a I Parada da Diversidade, coincidindo com o último dia da Copa do Mundo que ocorria na Alemanha, fato este que fez com que os organizadores cogitassem anteriormente a possibilidade de modificar a data do evento, que depois foi mantida. Inicialmente a concentração se daria no Largo da Alfândega, no centro histórico da cidade, mas calhou de a concentração se iniciar em frente ao bar “Koxixo’s”, localizado nas imediações da Avenida Beira-Mar Norte.

Segundo relatos de alguns de meus interlocutores, existia uma apreensão quanto à possibilidade de o evento ser esvaziado, pelo temor existente com a possibilidade que o evento não tivesse a pretendida adesão da comunidade LGBTTTT da cidade, em função do preconceito contra LGBTTTT e de possibilidades de agressões que daí decorria. Essa situação não se confirmou e desde as duas horas da tarde do domingo do dia nove de julho uma grande quantidade de pessoas começou a se concentrar em torno dos carros de som, trios elétricos e das barracas armadas pela AEGLBT/SC. Na concentração cinco trios elétricos se dispunham em seqüência, sendo o carro de abertura o “carro oficial” da AEGLBT/SC e os outros vinculados às casas noturnas Mix Café, Concorde Club, Bartira’s Bar e uma boate da Cidade de Balneário Camboriú. Segundos descrições de Pereira (2006) antes que se iniciassem falações nos trios elétricos ocorreu a apresentação da Orquestra da Polícia Militar, apresentando o hino nacional, com performance que se repetiu em outras edições posteriores do evento. Com o número de participantes aumentando na concentração em frente ao bar Koxixo’s iniciaram-se as falas no trio elétrico oficial da AEGLBT/SC, que contava com a presença e falas de Leão Lobo e da drag-queen Silvetty Montilla, como figuras pública trazidas pela associação na primeira edição, Selma Light, com a apresentação do evento e representando a AEGLBT/SC, além

de Beto de Jesus, representando a Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo e que fazia parte também da Comissão internacional da ONU para Direitos Humanos.

Estimava-se que existissem cerca de vinte mil pessoas concentradas nas imediações da avenida, compostas pelos diversos segmentos da sigla LGBTTT e também por outras pessoas, apontadas por alguns de meus interlocutores como heterossexuais “simpatizantes” do evento. Os relatos davam conta também que se percebia a presença massiva de famílias de com pais, mães, filhos e outros familiares prestigiando o evento. Durante a concentração e ao longo da caminhada também se encontravam os ativistas de grupos LGBTTT e outros militantes relacionados a várias correntes e partidos políticos, que distribuía materiais e portavam *banners*, faixas e bandeiras. Com música eletrônica ecoando dos trios elétricos, pessoas dançando e comemorando, algumas outras observando a movimentação de forma mais contida, iniciou-se por volta das 17 horas a caminhada traçando trajetória paralela ao mar até que chegasse ao seu ponto final no trapiche, perto do local onde estava montado o palco para as apresentações da noite. No palco ocorreram várias falações de autoridades locais, de membros da AEGLBT/SC e de outras personalidades relacionadas ao meio GLS na cidade, além das apresentações artísticas, de bandas locais e de drag-queens. Os relatos dos organizadores davam conta de que haviam participado mais de trinta mil pessoas ainda que nos números apurados pela polícia militar trouxessem a informação de cerca de vinte mil pessoas participantes na primeira edição do evento.

Nos dois anos seguintes, 2007 e 2008, a Parada seguiu ocorrendo na Avenida Beira-Mar Norte, se consolidando como um evento anual e de certo modo se “encaixando” no calendário de atividades públicas da cidade, em um período do ano em que geralmente o fluxo turístico em direção a cidade diminui e contribuindo assim para a movimentação econômica pretendida pelos empresários da AEGLBT/SC. O formato do evento, com carros elétricos e caminhada pela Beira-Mar foi mantido ao longo dos anos, algo que foi mantido não sem alguma dificuldade, sendo que corriam “boatos”, como se referiam os membros da AEGLBT, de que “forças políticas” na cidade pretendiam transferir o evento do local onde ocorria para a Passarela “Nego Quirido”, onde ocorriam os desfiles anuais das escolas de samba do carnaval de Florianópolis. A transferência era reforçada por uma tendência, divulgada em alguns meios de comunicação da região, de que o evento “atrapalhava”, com a grande multidão que se deslocava pela avenida, o trânsito de veículos numa das mais importantes vias públicas da cidade.

Outros eventos também foram mantidos ao longo dos anos, compondo as atividades das Semanas da Diversidade dos anos de 2007 e 2008. Tendo como tema “Amar é um direito de todos” a II Parada de 2007 também contou com a realização da Casa da Diversidade no mesmo local em que foi realizada no ano anterior, que iniciou suas atividades no dia 03 de setembro, também trazia atividades culturais, mostras de filmes e apresentações artísticas e musicais, embora não contasse com a presença de grupos ativistas. No dia 26 de agosto já havia acontecido a segunda edição da “Feijoada da Diversidade” no Hotel Maria do Mar, com vendas de camisetas (que eram vendidas em locais de propriedade de membros da AEGLBT/SC) para arrecadar finanças para o evento e também antes da Parada festas foram promovidas nas casas noturnas Mix Café e Concorde Club, sendo que esta última realizou seu evento na casa de shows Floripa Music Hall, ambas do mesmo proprietário. Naquela edição outros eventos ocorreram em casas noturnas que não tinham conexão direta com a AEGLBT/SC, casas tais como El Divino Club, La Luna e Floribar, estes dois últimos voltados especificamente para o público GLS. Nesta Parada também se iniciou o financiamento público do evento acessado pela AEGLBT/SC por meio de verba de cerca de trinta mil reais provinda do orçamento do governo do estado

Três novos eventos que ocorrerão durante esta edição da Parada, como parte das atividades “oficiais” da semana da Diversidade, foram os Jogos da Diversidade, realizados um dia antes da Parada no dia oito de setembro, um workshop intitulado “Sensibilizando para a Diversidade em Florianópolis”, realizado no dia seis e no dia 7 de setembro o I Fórum de Turismo GLS de Florianópolis, promovido pela ABRAT, Associação Brasileira de Turismo GLS. Este Fórum e o workshop. Ocorridos na Pousada Natur Campeche, foram organizados como uma das iniciativas da AEGLBT/SC para fortalecer a cidade como destino GLS e para capacitar empresários e seus colaboradores na recepção de turistas GLBT, e foi possibilitado graças a uma empreendedora local, que é membro tanto da AEGLBT/SC como da ABRAT e empresária da agência de viagens *Brazil Ecojourneys*, uma empresa *gay friendly* voltada para o eco turismo de aventura no sul do Brasil. Os Jogos da Diversidade, organizados por um professor da rede pública de ensino e membro da associação, tinham como objetivo integrar os participantes da Parada provindos de outras cidades, promovendo “inclusão social” e por isso sem fins competitivos.

No ano seguinte a III Parada aconteceu no dia três de maio e contou com o tema “Nós também votamos: pela igualdade de direitos civis”, que se relacionava ao debate político que estava sendo realizado no período em função das eleições municipais para prefeitos e vereadores que se realizavam no país. Neste ano a Associação promoveu o “Prêmio Amigos da Diversidade”, premiando pessoas que tinham se destacado pelo apoio às ações para realização da Parada, homenageando pessoas como o então governador do estado de Santa Catarina Luiz Henrique da Silveira pelo financiamento público destinado ao evento na edição anterior. A Parada de 200, que se realizaria no dia três de maio, também foi antecedida pela Semana da Diversidade novamente realizada na Casa da Diversidade, na antiga sede da câmara de vereadores, contando com uma série de atividades e agradecimentos na noite de abertura, que contou novamente com apresentações de drag-queens e com lançamento de um livro com temática homo-afetiva.

Neste ano a Casa da Diversidade também estava dividida em espaços temáticos, embora não contasse novamente com a presença de grupos ativistas do movimento LGBTTTT. Em das salas existiam materiais de divulgação das atividades da AEGLBT/SC, com venda de camisetas e outros itens revertidos para a Parada e a associação; uma sala com exposições dos fotógrafos Mariana Andrade e Rodrigo Bragaglia; outro espaço com exposições de trabalhos artísticos; e uma sala com fotografias e figurinos da drag-queen Selma Light e de divulgação dos trabalhos da cabeleireira Carla Camuracci, famosa transexual da cidade. A mostra de filmes com temática LGBTTTT que já havia ocorrido nas edições anteriores também se repetiu. Assim como nos anos anteriores a Semana da Diversidade foi permeada por atividades artísticas e culturais que ocorriam ao longo do período, promovendo novamente a Mostra de Filmes com temática LGBTTTT, os Jogos da Diversidade, realizados nas instalações esportivas do Centro de Ciências da Saúde e do Esporte (CEFID) da Universidade do Estado de Santa Catarina. Nesta edição da Parada novamente foi organizado o Fórum Turismo GLS, realizado no dia 28 de abril no Hotel Mercure no bairro do Itacorubi e a “Feijoada da Diversidade” foi substituída pela realização do “Carreteiro da Diversidade”, buscando “popularizar” e atrair outros participantes para a atividade. As festas oficiais “Pré-Parada” também se repetiram, ocorrendo no Mix Café e na Concorde, que vendiam ingressos para a “Micareta da Diversidade”.

Alguns relatos davam conta de que neste ano o clima do evento, que ocorreu debaixo de chuva, “se politizava” pelo período eleitoral que coincidia com a realização

do evento, fazendo com que as falas nos trios elétricos reforçassem as reivindicações de igualdade de direitos civis para os LGBT (sintetizada no tema daquela edição) e nas ações dos candidatos a prefeito e vereador daquele ano. Ao narrarem impressões sobre esta edição meus interlocutores sempre destacavam a presença do candidato a prefeito Dário Berger no carro de abertura, que veio a se reeleger e sua parceria com T. S. que tinha saído como candidato a vereador pelo Partido Popular Socialista (PPS). Neste carro de som, o carro oficial da AEGLBT/SC também se encontrava o apresentador de televisão Leão Lobo que conduzia e apresentava o evento em conjunto com Selma Light, conduzindo uma seqüência de carros elétricos das casas noturnas e festas LGBTTTT relacionadas ao evento, além de um carro de som de uma deputada estadual.

Alguns os ativistas observavam que T. S. tinha “se aproveitado do evento” para conseguir votos para sua candidatura e para a candidatura do atual prefeito da cidade a qual ele está aliado, realizando atividades de campanha eleitoral no contexto da Parada. Ele não conseguiu se eleger, mas a votação proporcional em sua coligação permitiu que no ano seguinte ele fizesse um acordo com o vereador eleito de seu partido, PPS, e ocupasse por sessenta dias o cargo de vereador na câmara municipal de Florianópolis em 2009, no mês de agosto, às vésperas da IV Parada. Este acordo de rotatividade do mandato na câmara de vereadores foi possível por T. S. ter permanecido com o cargo de primeiro suplente de seu partido.

Interessante são as diferenciações de um ano para outro, onde os temas se intercambiavam em relação a questões que estivessem em pauta no momento político. Com regularidade e como traços comuns a estas três edições do evento se repetiram a caminhada pela Avenida Beira-Mar Norte, que se dirigia a outro trecho da via ao longo da tarde, com muita música eletrônica e gente transitando pelas ruas próximas, com um trajeto que se encerrava no “Trapiche da Beira-Mar”, que se localizava quase ao final da Avenida, antes do acesso ao centro histórico da cidade. Neste ponto se encerravam as falas e músicas nos carros para dar início aos shows de artistas locais e dos convidados da associação no palco montado a lado do trapiche. As apresentações seguiam até aproximadamente às 21 horas, quando os participantes começavam a se dispersar. Geralmente após a Parada, as mesmas casa noturnas que participavam do evento organizavam festas “oficiais” para finalizar a Semana da Diversidade.

No ano de 2008 já circulava entre os ativistas e os empresários algumas interpretações contraditórias sobre o caráter do evento, quase sempre relacionadas ao

formato que o evento tomava na avenida. O fato de T. S., presidente de honra da AEGLBT/SC e parte da administração pública municipal, tendo organizado as atividades do Carnaval gay e do carnaval de Florianópolis fez com que alguns ativistas começassem a afirmar que a Parada não passava de um “carnaval fora de época”, se realizando para atender unicamente os interesses comerciais e turísticos dos organizadores do evento. Ainda que os grupos ativistas do Movimento LGBTTT tivessem participado das primeiras atividades da Semana da Diversidade de 2006 e das reuniões preparatórias do evento em 2005, essa participação foi diminuindo progressivamente ao longo das Semanas da Diversidade e das edições da Parada em 2007 e 2008. Nestes dois anos, dentro das “atividades oficiais” definidas pela AEGLBT/SC não contavam debates e outras iniciativas promovidos pelas entidades e grupos ativistas da cidade, que se afastavam do evento por não considerá-lo como uma prioridade, visto ao “caráter mercadológico” que vinham se firmando segundo eles desde a primeira edição.

Os relatos de ativistas também davam conta de que esta “resistência” para participarem das ações da Parada também estava relacionada ao fato de o evento ser “organizado oficialmente” por uma associação de empresários do meio GLS, que tinham outros “interesses” com o evento, que eram pouco “abertos” para as posições do ativismo e que davam pouco espaço para as ações dos grupos do movimento. Esta conjunção de coisas fazia com que os ativistas não participassem “oficialmente” como integrantes de grupos e entidades do movimento LGBTT, colocando “trios elétricos” ou promovendo ações nas edições do evento, ainda que muitos deles participassem da Parada individualmente e sem “compromisso militante”, como diziam.

Surgindo no contexto de difusão do modelo de manifestação das Paradas no Brasil, a Parada da Diversidade em Florianópolis já surgia assim vinculada “mais diretamente” aos empresários GLS da cidade. Esta foi uma das peculiaridades no surgimento do evento na cidade, como me relatavam muitos ativistas, comparando a Parada local com outras paradas em outras regiões do país, principalmente a Parada do Orgulho GLBT de São Paulo, que iniciou suas atividades nas parcerias entre movimento estudantil, sindical com o movimento GLBT de então. Na concepção dos ativistas do movimento a Parada surgia como um evento que desde o início foi elaborado como um acontecimento que intensificasse a cidade como um destino privilegiado de gays, lésbicas e transgêneros, movimentando a economia local e fortalecendo os empreendimentos GLS que já existiam. Os empresários por sua vez não escamoteavam o fato de que a Parada de fato

fortalecia o turismo GLS e consolidavam seus empreendimentos comerciais como referências através do evento, mas afirmavam que este fato não deixava de fazer com que a Parada surgisse ao mesmo tempo como espaço circunstancial de debate e exigência para equiparação de direitos para os LGBTTT.

As tensões discursivas sobre o evento e a maneira como cada esfera o interpretava através de suas experiências e narrativas, sejam estas esferas vinculadas ao empresariado GLS ou ao ativismo LGBTTT, começaram a se intensificar na mesma proporção em que o evento se consolidava na cidade e ganhava maior número de participantes. O contexto em que as tensões discursivas sobre a Parada encontravam maior intensidade e espaço para desenvolvimento eram os contextos de preparação para o evento, seja nas atividades organizadas pelos empresários ou pelos ativistas nos anos de 2009 e 2010. A realização do evento mobilizava e potencializava de diferentes maneiras estas pessoas em suas atividades ao longo do ano e principalmente nos períodos imediatamente posteriores à realização da Parada, a Semana da Diversidade.

O que ocorria era que a Parada como evento permitia que séries de relações de forças se intensificassem durante os períodos e contextos de sua preparação e realização, se consolidando como espaço em que debates sobre os direitos LGBTTT e sobre os indivíduos ali representados eram potencializados discursivamente e praticamente, fazendo com que o evento se transformasse em um acontecimento significativo na cidade justamente pelos tipos de relações que ativava e pelos diferentes modos pelos quais mobiliza estas pessoas. As discordâncias que se manifestavam no contexto da Parada, referente à interpretação e a eficácia política do evento estavam intimamente relacionadas às performances que cada uma destas instâncias envolvidas e polarizadas no evento impulsionavam e na maneira como cada uma delas avaliavam, em termos políticos e em visibilidade, as ações e discursos uns dos outros. Destacava-se que embora os direitos reivindicados e as formas de exigí-los fossem muito semelhantes (carregando enunciados parecidos ainda que distintos) os sentidos que ganhavam, dependendo de onde se articulavam, mudavam de sentido, ganhando outras conotações e nuances. O mesmo se dava nos discursos e ações a respeito de quem o evento representava. Tudo, em suma, dizia respeito a maneira como cada uma destas instâncias, ativistas ou empresariais, “performavam” no contexto da Parada.

Antropologia da performance, contextos/campos de utilização e os enunciados em Foucault

Recentemente no Brasil vem se consolidando campo de estudos no que se define como antropologia da performance, tal como aponta Jean Langdon (1996). Neste campo as diferenças entre as abordagens encontram-se mais no nível de análise e enfoque, e não nos conceitos e princípios centrais (LANGDON, 1996:06). Neste sentido, tematizando diferentes matizes na abordagem das performances, alguns voltam-se para os aspectos simbólicos e poéticos de evento comunicativos contemplados em suas análises etnográficas, e também naquilo que se referencia como uma teoria geral da performance, constituída pelas abordagens de Turner (1982, 1988) e Schechner (1988, 1993, 2002), preocupados com as relações entre cultura-sociedade-performance num nível mais analítico, onde as metáforas relacionadas ao teatro, festivais e espetáculos ganham maior enfoque a partir de seus aspectos poéticos.

Partilhando destes referenciais no que é conhecido como teoria geral da performance, mas numa abordagem semelhante ainda que um pouco distinta, utilizo aqui o conceito definido como “evento performativo” no sentido em que o articula Stanley Tambiah (1985) inspirado por sua vez nas teorias de John Austin (1975), distinguindo-o da expressão “performance”, como aponta Peirano (2006). Tomo a Parada da Diversidade como um evento performativo onde práticas e discursos variados se desenrolam na articulação de enunciados semelhantes a respeito dos direitos, cidadania e sujeitos LGBTTTT ganhando sentidos diferentes, dependendo do contexto em que são articulados. Neste sentido, minha abordagem se preocupa com os sentidos diferenciados que enunciados semelhantes (sobre direitos e sujeitos LGBTTTT), presentes nestas narrativas, ganham, dependendo do campo de utilização em surgem (contexto de enunciação) a partir das práticas e discursos de meus interlocutores. Interesse-me mais pelos conteúdos significativos presentes nas narrativas e práticas sobre a Parada enquanto evento performativo, pontuando os diferentes sentidos (contextuais) que ganham enunciados semelhantes. Estou assim mais preocupado com o conteúdo dos enunciados do que com seu modo de articulação, mesmo que esteja atento ao contexto em que são articulados, pois este também influencia seu sentido.

A Parada é construída e produzida pelos participantes na constituição de uma marcha que ganha diferentes significados dependendo dos agentes envolvidos em sua

realização. O evento se distingue de outras situações por ser extra-cotidiano, uma situação onde são colocados em relevo diferentes experiências, práticas e discursos a respeito dos sujeitos e direitos LGBTTTs. Nesta diferentes maneiras de experiência e participação no evento, são colocados em relevo os sentidos que podem ser articulados a partir da Parada, sejam estes sentidos festivos ou políticos.

Utilizando os referenciais da antropologia da performance nota-se que estas são teorias preocupadas em compreender as práticas sociais e suas imbricação com os discursos de uma maneira holística. Estes estudos fazem parte de uma abordagem já bastante conhecida no campo das teorias das ciências sociais contemporânea, em que variadas abordagens vêm privilegiando a reflexão a respeito das práticas, ações, agência e agentes. Autores tais como Anthony Giddens (1979) Bruno Latour (2008) e Sherry Ortner (1984) realizam interessantes estudos neste sentido, buscando enfocar como as interações de sujeitos concretos em suas relações com a cultura podem modificar ou mesmo reificar determinadas estruturas sociais configuradas social e historicamente, em diversos contextos. Além destas abordagens, outra fonte teórica que dedicou especial atenção à relação entre práticas sociais e indivíduos em suas interações na cultura foram as já clássicas elaborações de uma das vertentes da sociologia norte-americana, naquele que ficou conhecido como Interacionismo Simbólico da Escola de Chicago, conhecidos de muitos no Brasil através dos trabalhos de Irving Goffman (1975), de grande inserção em estudos antropológicos e de psicologia social.

Estas abordagens direcionam suas análises para explorar a oposição geralmente estabelecida entre, por um lado, prática, agência e agentes e, por outro, estruturas e transformações estruturais, tecendo suposições sobre as possibilidades ou impossibilidades de transformação estrutural e de mudanças culturais, em que sujeitos “agem” de modo a transformar ou mesmo reificar determinados traços e estruturas sócio-culturais. Nesta aparente dicotomia estabelecida entre estruturas sociais e indivíduos outra abordagem que também encontra espaço na investigação dos problemas teóricos a respeito das relações entre sujeitos e prática social é a de Michel Foucault. Sherry Ortner observa, com certo pesar, sua impossibilidade em incluir em sua análise as contribuições deste autor para a emergência de uma “teoria da prática”, como uma das tendências teóricas existentes nos debates e escritos antropológicos realizados em meados dos anos oitenta, quando da escrita de seu artigo “*Anthropological theory since the sixties*” (1984).

A Abordagem de Foucault parece ser aqui pertinente justamente por estabelecer uma relação mais específica no entrelaçamento entre prática social e as dimensões do discurso na conformação de sujeitos e das próprias práticas sociais. Esta abordagem toma como objeto de análise práticas e discursos configurados historicamente para a elaboração de uma “análise do discurso” pensada enquanto metodologia, empregando os métodos arqueológicos e genealógicos desenvolvidos pelo autor ao longo de sua trajetória intelectual. Neste empreendimento diferentes ênfases são acentuadas na articulação entre estas duas instâncias analíticas, voltando atenção para a abordagem dos enunciados enquanto funções lingüísticas. Ao mesmo tempo em que define o que seriam os enunciados o autor os distingue das orações, acontecimentos e proposições por sugerir que estas orações complexas podem estar compostas por uma série de enunciados diferenciados. Enunciações podem ser repetições modificadas de um mesmo enunciado, que pode carregar sentidos distintos dependendo do contexto de sua enunciação.

Assim, em sua abordagem, os enunciados são elementos das enunciações que são compostas também por palavras e ligações verbais distintas dos enunciados. Uma mesma oração pode conter diferentes enunciados, podem apresentar diferentes condições de verdade, dependendo do contexto em que o enunciado está inserido. Um mesmo enunciado pode ser usado e manipulado de diferentes formas, tendo assim uma identidade oscilante. A constância da identidade de um enunciado se mantém, através de acontecimentos das enunciações, em função do campo de utilização em que o enunciado se insere ou está investido. Mas a existência dos enunciados não se restringe às orações, pois pode ser uma imagem, por exemplo, ou se materializar em outras representações não exclusivamente verbais e lingüísticas. (DREYFUS & RABINOW: 1995).

Ainda que inicialmente, em algumas de suas primeiras obras, Foucault resista à idéia, ao longo de sua trajetória ele afirma a semelhança conceitual entre os enunciados e os atos discursivo-performativos, que são “testados” na vida cotidiana e ganham assim diferentes significados. Nestes testes eles são avaliados em sua verdade para que possam ser compreendidos por quem ouve, como um ato discursivo sério, legitimado por um sistema de interpretação reconhecido pelo ouvinte. Assim determinados enunciados ganham sua justificação ou são refutados tornando-se, no primeiro caso, uma espécie de saber repetido, um poder/saber articulados em formações discursivas variadas, repetições sérias de uma verdade, que ganha sentido interno no momento em que é proferida e legitimada. A tarefa do arqueólogo-genealogista é analisar como vários atos discursivos e

performáticos (enunciados) são articulados uns com os outros na conformação de formações discursivas amplas, analisar suas transformações regulares e sua constituição num poder/saber instituído dentro de um regime de verdade. Num empreendimento descritivo, busca-se assim identificar as transformações nas formações discursivas, as condições para sua possibilidade de existência e sua constituição num dado período, que definem a identidade e o sentido de um enunciado.

Descrever enunciados, descrever a função enunciativa de que são portadores, analisar as condições nas quais se exerce essa função, percorrer os diferentes domínios que ela pressupõe e a maneira pela qual se articulam é tentar revelar o que se poderá individualizar como formação discursiva, ou, ainda, a mesma coisa, porém na direção inversa: **a formação discursiva é o sistema enunciativo geral ao qual obedece um grupo de *performances* verbais** - sistema que não o rege sozinho, **já que ele obedece, ainda, e segundo suas outras dimensões, aos sistemas lógico, lingüístico, psicológico, [social, etc.].** (FOUCAULT: 131, 2008) [negritos meus]

Para analisar as formações discursivas, duas reduções seriam necessárias: suspender a pretensão de verdade dos enunciados, isto é, suspender as pretensões de significado e sentido, pois se referem ao contexto que o justifica e o torna verdade/saber sério; e, além disso, seria necessário suspender também o empreendimento hermenêutico implicado, como um meio de escapar da legitimação destas formações discursivas como verdades instituídas. Este posicionamento filosófico de afastamento se dá num primeiro momento da produção o autor, onde ele não se interessa pelos sentidos que os enunciados podem ganhar a partir das práticas discursivas dos indivíduos no dia-a-dia e em situações contextuais específicas. Para ele, nos momentos iniciais de sua produção, para se estudar os fenômenos discursivos não haveria necessidade então de se voltar para as práticas lingüísticas comuns, que tornam as formações discursivas inteligíveis e criando determinados objetos de discurso em determinado período histórico.

Alguns exemplos deste exercício analítico sobre as formações discursivas criando objetos do discurso seriam alguns dos temas sobre os quais Foucault tratou ao longo de sua produção como a loucura e a sexualidade. As formações discursivas produzem o objeto dos discursos (sexualidade, loucura) e não as próprias experiências humanas (doença mental, relações sexuais); estas sim são conformadas ou traduzidas pelos discursos. São objetos do discurso que foram constituídos pelo conjunto de coisas ditas e feitas sobre elas. Tratar-se-ia então de conceber os discursos como práticas que formam os objetos dos quais falam e de suas transformações em diferentes períodos.

O duplo afastamento analítico, característico do método arqueológico por ele proposto, é depois revisto na re-elaboração metodológica do autor, propondo, como parte deste exercício de distanciamento, uma reaproximação dos objetos de análise propiciada por uma analítica interpretativa, característica da abordagem genealógica posteriormente proposta por ele, indicando uma abordagem analítica que se assemelha e ao mesmo tempo se distingue tanto dos métodos estruturalista quanto do hermenêutico. Seria necessário se afastar, suspendendo a “verdade instituída” de certas formações discursivas como modo de se chegar a entender as condições para sua possibilidade de existência e, ao mesmo tempo, analisar, num exercício de construção de uma história do presente, um determinado objeto de análise, analisando-o interpretativamente.

Esta modificação metodológica se dá a partir do momento em que o autor estabelece relações entre o discursivo e o não-discursivo, frente à constatação de que as práticas e instituições “têm que” sustentar os discursos e que os discursos são articulados “sobre” as práticas. O discurso depende de práticas não discursivas as quais servem ao mesmo tempo em que influenciam e criam seus objetos de discurso e assim os discursos não são autônomos em relação às práticas. Neste ponto de suas elaborações Foucault assinala a impossibilidade de se desvincular fenomenologicamente e interpretativamente dos discursos em que estamos conformados. Impossível ser neutro, ou imparcial na análise das formações discursivas. O investigador está envolvido nas práticas sociais que investiga e é também produzido prática e discursivamente por elas.

Neste empreendimento interpretativo surge a genealogia como um modo de compreender e interpretar os significados das práticas sociais e as formações discursivas desde seu interior. Proposta como uma das instâncias da análise a genealogia não busca uma essência transcendental existente nas formações discursiva, justamente por que propõem um exercício arqueológico que possa revelar a própria constituição das formações discursivas como parte de sistemas de saber/poder. As práticas discursivas não têm sentido em si mesmas, não são nem verdadeiras e nem falsas e só ganham estatuto de verdade quando justificadas dentro de um sistema de saber poder, isto é, ganham sentido dentro de práticas sociais cotidianas. Realizar a genealogia de determinado objeto de discurso (aqui no caso os discursos e práticas em torno do dispositivo da sexualidade articulados no contexto da Parada da Diversidade) é realizar uma história de interpretações. Se os discursos e as práticas em si mesmos não têm uma “essência” *a priori*, o que resta é a interpretação de outras interpretações, que são sempre arbitrárias e

dependem, nas palavras de Foucault de um “campo de utilização”, ou como propõem Malinowski (1930), de um “contexto da situação”.

Ao propor uma junção entre duas instâncias analíticas Foucault propõe uma interpretação que em termos de práticas cotidianas, observando como determinadas práticas são colocadas em discurso. No caso de minha pesquisa seria o exercício de interpretar a colocação em discurso sobre a sexualidade na Parada da Diversidade em dois contextos específicos que se entrecruzam na realização do evento, o Mercado GLS e o Movimento GLBT. Nestes dois contextos o tempo todo está sendo colocada em discurso considerações sobre o dispositivo da sexualidade, sobre os sujeitos aí conformados e sobre seus direitos. Sem necessariamente esgotar as duas ênfases distintas (seria estrutura que conforma a prática ou a prática que conforma a estrutura?) presentes em algumas das teorias que dão conta das práticas sociais, como apontada e analisada por Sherry Ortner (1984) em seu artigo, é possível dar conta, através de uma abordagem Foucaultiana, das duas instâncias onde a agência de cada indivíduo, informadas pelas possibilidades do sistema culturais em que se conformam enquanto sujeitos, é responsável por animar discursos com significação cultural e social. Neste sentido apresento aqui uma abordagem inspirada em Foucault, concebendo que estes podem tanto ser permeados por usos previstos e convencionais, no encadeamento relações e trocas sociais, assim como podem também ganhar usos e significados singulares a partir de interpretações individuais, ainda que informados por relações de poder/saber historicamente localizadas, que também são afetadas por estas interpretações e pelos significados daí derivados.

O discurso não ganha agência em si mesmo; somente ganham significação em um campo de utilização contextual que pode informar seus significados e construir modos particulares e coletivos de compreensão a respeito das relações sociais em jogo (RAPPORT & OVERING: 2000). No jogo interativo e performativo das relações sociais são criadas ao mesmo tempo identidades, sujeitos e significados que podem ser tanto coincidentes como diferenciais e que se desenrolam através da interação criando interpretações múltiplas. No caso da Parada da Diversidade, como veremos, as performances carregam enunciados muitos semelhantes que podem adquirir sentidos completamente distintos, dependendo do contexto e do campo de utilização em que são articulados. As interpretações daí advindas, a possibilidade de agência e de conformação de sujeitos e os debates sobre os direitos são questões ali negociadas a todo tempo,

constituindo o próprio evento performativo como campo discursivo em disputa, como abordarei a seguir.

Diferentes sentidos a partir de enunciados semelhantes: “Direitos” e “Sujeitos” na Parada como campo de disputas

Refletindo sobre a Parada como um evento conformado por meio de performances, no qual uma série de enunciados são articulados em relação aos sujeitos LGBTTTs e seus direitos, aponto para o fato de como estas concepções são colocadas em jogo e redefinidas na interação entre diferentes sujeitos provindos de instâncias discursivas distintas (sejam do consumo ou do ativismo). È justamente na articulação entre os diferentes interpretações e sentidos atribuídos ao evento que se definem as tensões discursivas e práticas a respeito da Parada. Surgem então questionamentos no contexto de embates entre diferentes instâncias ali em jogo: a quem o evento performativo “serve”? Quem são os sujeitos que a Parada representa? Qual a maneira mais eficiente de conseguir e reivindicar direitos em eventos deste tipo? Diferentes performances ao longo das duas últimas edições do evento dizem respeito a compreensões distintas que permeiam a maneira como estas duas instâncias (ativistas e empresariais), envolvidas mais diretamente no acontecimento, enxergam estas questões, expressando modos diferentes de pensar e “fazer política” num evento deste tipo, maneiras estas relacionadas aos campos em que são articulados os discursos sobre direitos e sujeitos LGBTTTs. A tensão estabelecida estava definida a partir do momento em que esferas distintas, empresariais e ativistas, se encontram em aparente oposição ao discordarem das maneiras pelas quais cada uma delas colocadas em jogo no evento suas maneiras de “fazer política”.

Dois episódios durante a pesquisa de campo podem atestar as diferenças neste “fazer política” em relação a cada um destas instâncias em relação, pois são “iniciativas políticas” realizadas por cada uma das esferas, mas quase sempre desqualificadas pelo campopositor como “despolitizadas” ou então como “oportunistas”, denotando assim que diferentes performances - que cada uma das esferas trata de engendrar e que são carregadas de enunciados semelhantes sobre direitos e sujeitos LGBTTT - carregadas porém de sentidos diversos, trabalham para transformar a Parada da Diversidade num campo de disputas discursivas que não necessariamente se resolvem durante a realização do evento, se é que deveriam encontrar, em algum ponto, alguma resolução. Na parada

de 2009, durante a Semana da Diversidade, a AEGLBT/SC se organizou para apresentar por meio de seu presidente de honra, T. S., que ocupava temporariamente um assento como vereador na câmara de vereadores da cidade, um Projeto de Lei, sob número 13.628 /2009, que visava proibir a discriminação sexual em Florianópolis, prevendo multa para estabelecimentos em que fossem comprovadamente identificados episódios de discriminação contra homossexuais. Esta lei previa uma série de punições em caso de discriminação sexual tais como advertências, multas em dinheiro, suspensão de convênios e compromissos com a administração pública municipal e suspensão e cancelamento de licenças municipais de funcionamento em caso de empresas e outros estabelecimentos comerciais. Durante a Parada deste ano o fato foi intensamente alardeado de forma a denotar que não mais existiria na cidade casos de violência e que por meio desta nova “conquista” diminuiriam os casos de homofobia. Os ativistas viam esta iniciativa da AEGLBT/SC como uma “manobra” que esvaziava o sentido político da Parada, pois dava uma idéia à maioria da população de que não existia mais violência na cidade e de que os casos existentes seriam punidos. Alegavam de forma incisiva que isso não ocorreria depois de aprovada a Lei pelo fato de não haverem sido estabelecidos mecanismos de fiscalização destes casos e por que a lei não criminalizava as ações discriminatórias, estabelecendo somente uma multa para estabelecimentos comerciais.

Ao mesmo tempo, na edição da Parada em 2010, grupos do ativismo e militantes independentes (de dois grupos principalmente, ROMA e GOZZE) voltavam a se articular para participar do evento, organizando uma Semana da Diversidade alternativa, independente da AEGLBT/SC e organizando atos e “panfletagens políticas” ao longo da semana. No dia do evento, com grande impacto visual, os ativistas organizaram uma coluna no interior da marcha e impulsionaram uma performance artística que consideravam, em suas palavras, “muito mais política” do que a lei aprovada pela AEGLBT/SC no ano anterior. Com dois carros de som e com uma enorme faixa negra onde constavam em letras brancas a frase “Homofobia Mata” os ativistas das duas ONGs distribuía panfletos e, em determinados momentos previamente combinados entre eles, “desfaleciam” no asfalto da avenida onde a Parada ocorria, simbolizando as mortes e agressões que vitimavam os LGBTTTT cotidianamente.

Depois de alguns anos sem participarem intensamente das atividades da Parada ou mesmo das ações nas Semanas da Diversidade, os ativistas julgavam estar realizando um “verdadeiro” ato de politização da Parada, ao sinalizar que não era somente de festas e

alegria que viviam os LGBTTT, como muitas vezes se queria fazer acreditar nas Paradas, mas também se vivia sob intensas agressões e outros casos de violência que levavam à morte. Os empresários que faziam parte da AEGLBT/SC e organizavam a Parada da Diversidade, julgavam que estas ações performáticas eram legítimas e que todo tipo de manifestação no evento era bem vinda, ainda que, em algumas conversas informais, acreditassem ser uma “espécie de oportunismo” dos grupos militantes o fato de não participarem anteriormente das ações da Parada e então surgirem no ano de 2010 como aqueles que visavam “politizar” o evento.

Geralmente o que os militantes e ativistas do movimento LGBTTT explicitavam em suas falas e ações era certa resistência a qualquer parceria que envolvesse os âmbitos do consumo GLS na cidade e do ativismo LGBTT. Identificando genericamente os empresários do mercado GLS como uma “espécie de inimigo”, caracterizavam sua ação no sentido organização da Parada como um modo de promover e fortalecer seus interesses comerciais vinculados aos empreendimentos dos quais faziam parte ou do qual eram proprietários, deixando de lado o “conteúdo político” que o movimento prezava em suas ações e discursos a respeito dos direitos da população LGBTTT. Acusando-os de promover a Parada da Diversidade com fins unicamente comerciais se adicionava a esta acusação o fato de que eles propositalmente “esvaziavam” o evento de qualquer debate a respeito das mazelas que a população LGBTTT enfrentava na região, transformando o evento em pura festa e divertimento “como se nada de ruim estivesse ocorrendo com os gays e lésbicas e trans”, como alguns afirmavam. Alguns deles me diziam que a forma como os empresários direcionavam suas ações promoviam “desserviços” ao movimento de luta por direitos dos LGBTTTs pelo fato de fortalecer a idéia de que agora, na atualidade e durante a década de 2000, os LGBTTTs conquistaram direitos, visibilidade e aceitação por parte da sociedade, o que para alguns estava longe de ser “algo verdadeiro”. Existia um temor de que a Parada, tomada somente como um evento festivo, provocasse um encobrimento de outras questões importantes para o debate político que estas pessoas buscavam realizar, demarcado principalmente pelo fato de que nenhum dos direitos para os LGBTTTs estavam assegurados legalmente e pelos relatos de violência homofóbica, diariamente divulgados na mídia e pelos próprios grupos do ativismo.

Estas críticas quase sempre se direcionavam ao modo como ocorria a Parada da Diversidade em Florianópolis, isto é, ao modo como o evento ocorria em sua *forma na avenida*. Criticando a “carnavalização do evento” eles apontavam também para sua

aparente ineficácia política e “culpavam” os empresários e empreendedores da AEGLBT/SC pela consolidação de tal formato. Criticavam também a maneira “hipócrita” com que os empresários tentavam trazer para ao evento discussões políticas e a luta por direitos LGBTTTs, pois acreditavam que se tratava de uma manobra para encobrir seus objetivos comerciais, potencializados com a realização da Parada na cidade. Aqui se podia notar que existia uma distinção entre o que eles consideravam as suas “discussões políticas” e as “questões políticas” que os empresários traziam para o debate no contexto do evento. Embora quase sempre se tratassem de um mesmo enunciado a respeito dos “direitos LGBTTTs”, o sentido articulados em torno do enunciado não eram os mesmos e se distinguiam uns dos outros a partir do momento em que ganhavam sentido distintos em seus usos contextuais. A conexão realizada entre os aspectos festivos - ou melhor, como diziam eles, “o carnaval que era a Parada da Diversidade” – e a eficácia política são aspectos que aqui merecem maior atenção, pois estão relacionados a um tipo de ação comunicativa e coletiva eficaz para alcançar determinados objetivos. Estes “objetivos”, que para os ativistas eram sumamente objetivos políticos, estavam relacionados a garantia de direitos para os LGBTTTs, algo que não vinha se materializando através do formato atual da Parada da Diversidade, ineficaz para atingir tais objetivos pois era realizada com interesses comerciais.

As impressões dos empresários estavam mescladas tanto por impressões depreciativas das ações do movimento como de sua postura de negação das ações realizadas por eles na Parada da Diversidade. Ao mesmo tempo em que assinalavam a importância de algumas das ações do movimento para a luta e transformações atuais nas condições de vida dos LGBTTTs, creditando o movimento como agente importante para que tais transformações ocorressem, eles também destacavam que em alguns âmbitos as ações do ativismo LGBTTT eram ineficazes e que pouco dialogavam com a maioria da população de gays, lésbicas e transexuais na cidade. Assinalavam também que em função do pouco diálogo que os ativistas tinham com a população LGBTTT em geral fazia com que eles se enfraquecessem como representantes das demandas destas pessoas, que não queriam “somente” falar e saber de “política”, mas sim queriam festa e diversão, algo que a Parada, como manifestação popular, trazia como um diferencial se comparada “a militância sisuda” dos ativistas LGBTTTs. O que surgia como uma mensagem subentendida em suas narrativas era o fato de que por considerarem o movimento LGBTTT pouco representativo na cidade acreditavam que isso provocava um

esvaziamento e pouco “prestígio” das pessoas envolvidas com o movimento, fazendo com que eles não conseguissem “mobilizar e reunir quase ninguém”, com disse um de meus interlocutores na AEGLBT/SC. O tipo de abordagem e a o “papo” que os ativistas prezavam eram pontos fracos e que provocavam certa aversão por parte do público LGBTTT em geral, mais interessado nas festas, casas noturnas e diversão que estavam permeando sua participação em um evento como a Parada da Diversidade. Na visão dos empreendedores o “discurso” dos militantes LGBTTTs era pouco atrativo quando se queira realizar um grande evento nos moldes de uma Parada.

Eles destacavam este fato como uma marca do movimento LGBTTT fraco na região, que não foram capazes “de organizar uma Parada”, segundo alguns deles afirmavam. Esta acusação que se materializava nas narrativas era algumas vezes explícita e outras vezes velada e era utilizada como uma forma de provocação e como modo de provocar esvaziamento na representação política pretendida pelo movimento social, visto que, não sendo realmente organizados para promover um evento massivo como a Parada da Diversidade, não tinha também legitimidade para questionar os formatos e os conteúdos que o evento adquiria atualmente. A mensagem que permeava estas afirmações estava explicitando basicamente algo que alguns empresários davam a entender em suas afirmações sobre o movimento em nossas conversas: “se nem sequer eles conseguem fazer uma Parada como podem criticar a nós que demos a cara a tapa e organizamos uma evento desses na cidade?”. Esta atitude de questionamento da representatividade do movimento também surgia quando as disputas em torno da Parada se intensificavam chegando ao ponto de alguns deles afirmarem, de forma um tanto agressiva que “se o movimento critica tanto a Parada por que não organizam outra Parada?”.

Pode-se notar então que estas formações discursivas distintas são configuradas a partir da articulação de diferentes enunciados, colocados em fricção no campo de disputas em que se constitui a Parada da Diversidade. Os enunciados são tomados enquanto locuções que ganham sentido dependendo do contexto em que são articulados e dão sentido também, de maneira dialética, às relações em contexto e ao próprio evento. Dependendo das articulações em jogo, o evento pode ganhar diferentes conotações e sentidos dependendo do contexto em que se articulam estes enunciados e os sentidos que os indivíduos em questão lhes atribuem. Explicitam como a Parada da Diversidade é continuamente interpretada por indivíduos vinculados ao mercado e ao movimento, a

partir de um conjunto de enunciados muito semelhantes, mas que ganham sentidos diferenciados e contextuais e definem a própria identidade do evento a partir de concepções diferentes constantemente colocadas em disputa. A Parada se configura, nesta tensão entre duas instâncias, num campo discursivo em disputa, em que as diferentes performances trabalham para qualificar ou desqualificar as ações e políticas pretendidas por cada um dos agentes e instâncias.

Nos dois episódios narrados, ocorridos nas duas últimas edições do evento, estão expressas duas maneiras distintas de considerar e avaliar o que seja ou não “político” e de que formas podem-se visibilizar demandas e direitos para uma população deles desprovida. Ambas as maneiras de reivindicar direitos para os sujeitos LGBTTT estão se relacionando a concepções locais sobre o que seja “fazer política”, embora, cada uma das duas instâncias em jogo nem sempre “reconheçam” a legitimidade e eficácia simbólica e política das ações da outro campo, no sentido de assegurar direitos e definir a quem eles beneficiam. Os enunciados (“contra a homofobia”, “não a violência contra os LGBTT”, “Homofobia Mata”) embora muito semelhantes são utilizados de formas e com sentidos diferentes de acordo com o campo de utilização em que são articulados e em consonância com os interesses e convenções presentes no meio empresarial ou ativista. Na Parada, em si mesma e enquanto evento performativo, fica claro que em nada se garante em relação a aquisição efetiva de direitos ou no combate violência em relação aos LGBTTT. O que se potencializa no evento é justamente a visibilidade para demandas e direitos, assim como para a existência de outros sujeitos que não se enquadram nas prerrogativas dos modelos heteronormativos. Neste sentido, considerado como um campo de “potencialização” e performance a Parada é disputada por se constituir como palco privilegiado onde se constitui a própria visibilidade que é também política e por isso mesmo disputada, seja para fins comerciais e de consumo no caso do empresariado ou para a obtenção de prestígio e articulação política nas esferas do ativismo.

Referências:

- AUSTIN, J. L. (John Langshaw); URMSON, J. O.; SBISÀ, Marina. **How to do things with words**. Cambridge: Harvard University Press, 1975.
- CARRARA, S. (Org.) ; CAETANO, M. (Org.) ; RAMOS, S. (Org.) . **Política, direitos, violência e homossexualidade. 8ª Parada do orgulho GLBT**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.
- CARRARA, S. ; RAMOS, S. . **Política, Direitos, Violência e homossexualidade: pesquisa 9ª Parada do Orgulho GLBT - Rio 2004**. 1. ed. Rio de Janeiro: Cepesc, 2005.
- CARRARA, S. ; RAMOS, S. ; LACERDA, P. M. DE ; MEDRADO, B. (Benedito) ; VIEIRA, N. (Nara) **Política, Direitos, Violência e Homossexualidade. Pesquisa 5ª Parada da Diversidade- Pernambuco 2006**. Rio de Janeiro: CEPESC, 2007.
- FACCHINI, Regina. **“Sopa de Letrinhas”? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo**. Tese de mestrado, Campinas, Universidade de Campinas, IFCH (mimeo), 2002.
- FACCHINI, Regina. FRANÇA, Isadora Lins, VENTURINI, Gustavo. **Sexualidade, cidadania e homofobia : pesquisa 10ª Parada do Orgulho GLBT de São Paulo – 2006**. São Paulo:APOGLBT,2007.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro (RJ): Forense Universitária, 2008.
- FRANÇA, Isadora Lins. **Cercas e pontes: o movimento GLBT e o mercado GLS na cidade de São Paulo**. (Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UNICAMP, Campinas, 2006.
- GIDDENS, Anthony. **Central problems in social theory: action, structure and contradiction in social analysis**. Berkeley: Univ. of California Press, 1979.
- GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1975.
- LANGDON, E. J. **“Performance e preocupações pós-modernas em antropologia”**. In:TEIXEIRA, João Gabriel L.C. (org). **Performáticos, performance e sociedade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, p. 23-29, 1996.
- LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. 2. ed Rio de Janeiro (RJ): Editora 34, 2009.
- MALINOWSKI, B. **The problem of meaning**, 1930. In Ogden, C.K. & I.A. Richards (eds.) **The Meaning of Meaning**. 3ª ed. London: Kegan Paul.
- MOTT, Luiz. **Paradas do Orgulho Gay no Brasil, 1981/2002**. Arquivo do Grupo Gay da Bahia, 2002.
- ORTNER, Sherry B. **“Theory in Anthropology since the sixties”**, In: **Comparative Studies in Society and History**, vol. 26, nº1, pp:126-166, 1984.
- PEIRANO, Mariza G. S. (Mariza Gomes e Souza). **O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais**. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2006.
- PEREIRA, Rodrigo Farias. **Caminhadas e Parada do Movimento GLBT em SC**. Trabalho de conclusão de Curso em Serviço Social. Departamento de Serviço Social, Centro Sócio-Econômico, UFSC, 2006.
- RABINOW, Paul e DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault. Uma Trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro, Forense Universitária,1995.
- RAPPORT, Nigel & OVERING, Joanna. **Social and Cultural Anthropology: the Key Concepts**. London: Routledge, 2000.
- SCHECHNER, R.. **Performance Theory**. New York e London: Routledge, 1988.
- SCHECHNER. R. **The Future of Ritual**. London e New York: Routledge, 1993.
- SCHECHNER. R.. **Performance Studies: An Introduction**. London e New York: Routledge, 2002.
- SIMÕES, J. A. ; FACCHINI, R. . **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.
- TAMBIAH, S. **Culture, Thought and Social Action**. Cambridge: Harvard University Press,1985.
- TURNER, V. **From Ritual to Theatre**. New York: PAJ Publications, 1982.
- TURNER, V. **The Anthropology of Performance**. New York, P. A. J. Publications, 1988.